

Governo esbarra na lentidão do Congresso

BRASÍLIA — O governo tem menos de três meses, até o início do recesso parlamentar de julho, para ver aprovada uma pauta mínima de projetos considerados inadiáveis para a sustentação da política econômica. Se esse objetivo não for atingido, o Executivo corre o risco de ter de adiar para 1993 a definição de pelo menos quatro temas urgentes: a reforma fiscal, a lei de marcas e patentes, a modernização dos portos e a privatização dos serviços públicos. A reforma fiscal é uma cartada decisiva para a obtenção do superávit nas contas da União, prometido ao FMI. A lei de patentes, freqüentemente cobrada pelos Estados Unidos, é um ponto-chave na atração de novos investimentos estrangeiros para o país.

No segundo semestre, as cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado estarão vazias. Cerca de 120 parlamentares candidatos a prefeituras estarão nos seus estados, em campanha para as eleições de outubro. A tramitação de projetos no Congresso, que habitualmente é lenta, poderá entrar em hibernação, a menos que acordos de lideranças consigam definir uma pauta de consenso para levar matérias importantes ao plenário. Isso não é impossível, como ficou demonstrado na votação do projeto de reajuste para os servidores civis e militares, na semana passada. Em menos de 48 horas, o aumento de 80% ganhou urgência urgentíssima numa reunião de líderes e foi aprovado.

“Há tempo suficiente para a votação de projetos importantes ainda no



Ricardo Leoni — 23/8/91

Miro: propostas engavetadas

primeiro semestre. O que emperra é a ineficiência do Congresso e a falta de gerenciamento na tramitação das matérias”, critica o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Em 1990, Miro integrou a Comissão de Modernização da Câmara, de onde surgiu, entre outras propostas para acelerar o ritmo do Legislativo, a idéia de se adotar um programa de trabalho. Nada foi feito, segundo Miro, porque a Mesa Diretora não assumiu a tarefa de pôr as sugestões em prática.

O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) diz que “os tapetes de Brasília têm o dom de distanciar autorida-

des e parlamentares da crise e das necessidades do país.”. Ele lamenta, por exemplo, que o Congresso ainda não tenha analisado, como deveria, o Plano Plurianual de Aplicações elaborado pelo governo, por não ter-se estruturado para essa tarefa. “As câmaras setoriais, da maior importância, foram aprovadas pelo Congresso no Plano Collor II, mas na hora de serem implantadas os parlamentares sequer tomam conhecimento”, observa. Sua expectativa é de que a reforma fiscal será votada antes de julho, mas outros temas de fundo, como o reconhecimento de patentes e a modernização dos portos precisam de uma discussão mais demorada.

Mercadante debita parte da lentidão à incompetência do governo. A reforma fiscal, por exemplo, foi mal encaminhada e os outros projetos não tiveram a atenção do Palácio do Planalto, que ficou embaralhado em denúncias de corrupção e na reforma ministerial, afirma. O deputado Paulo Hartung (PSDB-SP) também aponta a incompetência do Executivo para organizar sua agenda, mas acrescenta que o Congresso, ao recuperar as prerrogativas que havia perdido no regime militar, não se estruturou para deliberar sobre os grandes temas de interesse do país. “De um lado o governo é como um avião sem plano de voo, mas o Congresso também não tem o seu”, compara Hartung. Na sua opinião, o número excessivo de 503 deputados é um dos maiores obstáculos ao bom funcionamento da Câmara.